



Anais da Assembléia

Nº 194

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 01.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tedy Filho, Albanor Gomes, Alagaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Eason Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelinto Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva Sérgio Spada Toti Colag, Valdir Rossoni e Waimor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte:

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 090/95

Curitiba, 20.12.95.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, sem ônus para o erário, nos dias 23 do corrente mês a 04 de janeiro próximo, com destino a Amsterdã e Viena, em cuja oportunidade farei contatos e observações ao interesse do Estado.

Certo de poder contar com a costumeira atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reiterei a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Ofício:

OF/CTL/SEEG N.º 267/95

Curitiba, em 20.12.95.

Senhor Presidente.

Através deste, venho à presença de Vossa Excelência, a fim de relacionar as Mensagens n.ºs 37, 46, 62, 63, 67, 78, 83, 87 e 88/95, como aquelas que deverão ser apreciadas no período da convocação extraordinária dessa Casa, feita através da Mensagem n.º 089/95, de 14 do corrente.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 4056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na Discussão e Votação dos Projetos de Lei n.ºs 182, 531, 549 e 550/95.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.º 4060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário REQUER destaque para a votação das Emendas n.ºs 13 e 14, ao Projeto de Lei n.º 468/95.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N.º 4061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque de votação às Emendas de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao Projeto de Lei n.º 468/95, relativo à venda de ações da COPEL.

Sala das Sessões, em 20.12.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N.º 4058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e,

com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.12.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4057

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fim da leitura do Expediente.

Suspensão a Sessão por dez minutos, a fim de que os Senhores Deputados possam ter em mãos toda a Ordem do Dia com publicação do projeto emendas, substitutivo geral, todos os projetos se encontram para votação.

Sessão suspensa por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 090/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para afastar-se do País, sem ônus para o erário, nos dias 23 do corrente mês a 04 de janeiro próximo, com destino a Amsterdã e Viena, em cuja oportunidade fará contatos e observações do interesse do Estado. **Aprovada.**

Ofício nº 267/95, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente relacionando as Mensagens nºs 37/95, 46/95, 62/95, 63/95, 67/95, 78/95, 83/95 87/95 e 88/95, como aquelas que deverão ser apreciadas no período da convocação extraordinária desta Casa feita através da Mensagem nº 089/95, de 14 do corrente mês. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli constante do expediente solicitando destaque de votação às Emendas de sua autoria, ao projeto de Lei nº 468/95 relativo à venda de ações da COPEL. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 192, 531, 549 e 550/95. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - A pauta está sendo distribuída?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A pauta está sendo concluída e os projetos polêmicos serão votados quando for distribuída a Ordem do Dia.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só estou querendo ajudar. Então, que seja mais detalhado o que está sendo votado até para poder dizer para a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/95, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano daquele município, constituído pelo lote nº 09, da quadra nº 55, com área de 1.200 m², conforme especifica COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 083/95, que aprova ajuste ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), visando atender ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 177, de 06.12.95 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 531/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar ajuste ao Orçamento Geral do Estado, no valor de um milhão e duzentos mil reais, visando atender ao Instituto de Previdência do Estado.

Os recursos para cobertura da operação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Administração, e por estar conforme sob o aspecto legal,

constitucional e regimental, somos de parecer favorável opinando-se pela aprovação da proposição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 531/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar ajuste ao Orçamento Geral do Estado, no valor de um milhão e quzentos mil reais visando atender ao Instituto de Previdência do Estado.

Tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e por não apresentar qualquer impedimento quanto a sua normal tramitação, nosso parecer é também favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 549/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 087/95, que aprova um ajuste no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 181, de 11.12.95 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 549/95

P A R E C E R:

A proposição em tela de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar um ajuste no valor de R\$ 750.000,00 ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 549/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 087/95 visa aprovar um ajuste no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil

reais) ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033 de 30/12/94, alterado pela Lei Estadual n° 11.145 de 18/07/95, visando atender despesas com o vestibular daquela entidade.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente opinando pela sua aprovação.

Esta Comissão, após análise do presente projeto em tela, constatou que os recursos destinados à cobertura da referida programação serão provenientes de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme consta no anexo II.

Fundamentando-se nas informações supracitadas, esta Comissão opina favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões em 18.12.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 550/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 088/95, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, visando ajustar o orçamento do Instituto de Ação Social do Paraná IASP, para permitir a construção do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - CIAADI. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 181, de 11.12.95 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 550/95

P A R E C E R:

A proposição em tela de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 088/95, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, visando ajustar o orçamento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para permitir a construção do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - CIAADI.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 550/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei supramarginado, oriundo da Mensagem n° 088/95 do Poder Executivo, que tem por ob-

jetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado visando ajustar o orçamento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para permitir a construção do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator CIAADI.

Tendo sido submetido a apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão não visamos nenhum óbice à tramitação do presente projeto, tendo em vista especificar, em seu anexo I a procedência do recurso, ou seja, cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido Emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.**

A sessão está suspensa por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Reaberta a Sessão.

Há Ofício do Sr. Governador do Estado.

(O Ofício encontra-se publicado no Expediente)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária para apreciação de matérias aprovadas e outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 020/95 de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 020/95

PARECER:

Foram apresentadas 3 Emendas ao Projeto de Lei nº 020/95, todas de autoria da bancada do valeroso Partido dos Trabalhadores.

Tendo em vista a aprovação por esta Comissão de Constituição e Justiça de um Substitutivo Geral ao Projeto somos de parecer contrário às Emendas apresentadas, que ficam submetidas a Plenário, por não se tratarem de Emendas contrárias à nossa Magna Carta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 20.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS Relator

Apoio: Nelson Thurek Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Walmar Trentini, Durval Amaral, Elio Rusch Basilio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da C.C.J. Aprovado o Substitutivo Geral, as Emendas serão prejudicadas.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão.

Aprovado com a rejeição das Emendas.

O SR. LUÍZ CLAUDIO ROMANELLI Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta aprovam cinco rejeitam.

Aprovado o Substitutivo Geral, irá à 3ª discussão, ainda em sessão extraordinária após esta Sessão.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/95, de autoria do Deputado Dúlio Genari, que autoriza o Poder Executivo, conforme especifica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. SOBRE AS EMENDAS.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 468/95

PARECER:

O projeto de lei em análise recebeu várias emendas dos Senhores Deputados, razão pela qual retorna a esta douta Comissão para parecer.

Criteriosamente estudadas as várias emendas, com a cautela de não desfigurar a proposta original do ilustre Deputado Dúlio Genari, resolvemos compilar em um Substitutivo Geral o projeto em questão.

Sob os aspectos constitucional regimental e legal, o projeto, na forma de

Substitutivo Geral está em condições de ser apreciado em Plenário sem prejuízo das emendas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoiamento: Eduardo Trevisan, Geraldo Car-
tário, Nelson Tureck, Cezar
Silvestri, Dasílio Zanusso
Walmor Trentini, Nelson Justus
e Elio Rusch.

PROJETO DE LEI N° 468/95
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art 1° - Fica o Poder Executivo auto-
rizado nos termos desta lei a vender,
dar em calção e/ou oferecer como garantia
de operações de crédito, financiamentos e
operações de qualquer natureza, ações que
detém da Companhia Paranaense de Energia -
COPEL, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações sem di-
reito a voto, emitidas em nome do Estado
do Paraná;

II - as ações ordinárias emitidas em
nome do Estado do Paraná, até o limite do
art. 3° desta lei;

III - até a totalidade das ações com e
sem direito a voto, emitidas em nome do
Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE,
administrado pelo Banco do Estado do Para-
ná S/A BANESTADO.

§ 1° - O valor das ações para efeito
de venda ou calção será de, no mínimo, 50%
(cinquenta por cento) do valor patrimo-
nial.

§ 2° - A venda ou calção a que se re-
fere o artigo será efetivada parcelamen-
te, em diversas operações de montantes
adaptado às efetivas necessidades de re-
cursos do Estado, contando com assessoria-
mento da Companhia Paranaense de Energia -
COPEL, da Secretaria de Estado do Planeja-
mento e Coordenação Geral e da Secretaria
de Estado da Fazenda.

§ 3° - As operações de venda das ações
de que trata este artigo serão coordenadas
pelo Banco do Estado do Paraná S/A, que
fará a escolha das demais instituições
participantes, através de procedimento li-
citatório.

§ 4° - As operações de venda de que
trata este artigo deverão ser acompanhadas
por 5 (cinco) membros do Poder Legislativo,
designados pelo seu Presidente.

§ 5° - Para atendimento ao disposto no
"caput" deste artigo, fica o Poder Execu-
tivo autorizado a contrair operações de
crédito, financiamentos ou operações de
qualquer natureza até o montante de R\$
500.000.000,00 (quinhentos milhões de
reais) dentro dos limites fixados pela Re-
solução n° 11/94, do Senado Federal e por

esta lei.

Art. 2° - Quando da conversão das
ações caucionada junto a instituição fi-
nanceiras, o valor das mesmas será calcu-
lado com base na tendência indicada pelo
comportamento da média dos últimos 20
(vinte) preços médios e da última cotação
divulgados pelas Bolsas de Valores de São
Paulo e Rio de Janeiro.

Art. 3° - O Estado do Paraná deterá
sempre no mínimo 60% (sessenta por cento)
do total das ações ordinárias da Companhia
Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 4° - Na utilização dos recursos
obtidos com a venda das ações de que trata
o art. 1° desta lei, deverão ser observa-
das as seguintes condições de forma isola-
da ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produ-
tivas;

II - investimentos que gerem efetivo
aumento de Receita Tributária para o Esta-
do

III - geração de empregos;

IV - preservação do patrimônio rein-
vestido;

V - atração de capitais para investi-
mento no Estado, ou

VI - investimentos na área energética.

§ 1° - Fica o Poder Executivo autori-
zado a proceder no Orçamento Geral do Es-
tado as alterações necessárias ao cumpri-
mento do disposto neste artigo.

§ 2° - Deverá o Executivo Estadual in-
corporar ao relatório e ao Balanço Anual
do Estado, dados que contenham, entre ou-
tras, as seguintes informações:

I - quantidade de ações vendidas

II - percentagem de ações ordinárias
em poder do Executivo Estadual;

III - montante e aplicação dos recur-
sos gerados pelas vendas.

Art. 5° - Ficam revogadas: a Lei n°
10.702 de 30 de dezembro de 1993, o arti-
go 3° do Decreto n° 14.947, de 26 de ou-
tubro de 1954 e demais disposições em con-
trário.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, subemenda à
Emenda Substitutiva de Plenário, de auto-
ria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni de-
vidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 468/95

SUBEMENDA
A EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 1º, do artigo 4º, da Emenda Substitutiva Geral, ao Projeto de Lei nº 468/95, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) ANGELO VANHONI

Apoiamento: Luiz Carlos Aiborghetti, Joel Coimbra, Emerson Nerone, Péricles Mello

JUSTIFICATIVA:

O previsto no § 1º do Artigo 4º da Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 468/95, pela C.C.J., é inconstitucional, pois pressupõe atribuir ao Executivo, uma delegação de poderes ilimitada em matéria constitucional, a qual é de competência privativa do Legislativo nos termos dos artigos 53 e 54 da Constituição do Estado do Paraná.

Portanto, plenamente justificável a emenda ora apresentada.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto que votamos hoje em 2ª discussão, de autoria do Deputado Duílio Genari, autoriza o Poder Executivo a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

O PMDB, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, durante toda a tramitação desse projeto na Assembleia Legislativa, tomou posições claras e evidentes.

Primeiro, sempre julgamos, que teríamos que ter um preço mínimo garantido às ações da COPEL. Segundo, sempre entendemos que deveríamos ter a garantia de que o Governo do Estado permanecesse com o controle acionário da COPEL. Terceiro, entendemos de que a COPEL devesse ser valorizada pelas suas próprias ações.

Tratamos com tanta seriedade esse problema da venda das ações da COPEL, mas com tanta seriedade, que vimos à tribuna hoje no encaminhamento desta questão para colocar com a mesma firmeza a opinião do Partido.

Reunimos, há questão de 10 dias atrás aproximadamente, a Bancada do Partido; tiramos uma posição, convocamos o diretório do Partido e fechamos questão do problema ações da COPEL. Fechamos questão contra o projeto do Deputado Duílio Genari e fechamos questão contra a anunciada apresentação de um substitutivo, a época a ser apresentado pelo Líder do PDT, Valdir Rossoni.

Na evolução das discussões, dos embates nesta Casa, das posições que repito

novamente claras, que adotamos, entendemos que se garantíssemos 65% no valor das ações iríamos com a bancada em apoio. Reunimos novamente nossa bancada. Reunimos novamente nosso partido.

Acredito que do fruto desta posição e embora talvez possamos ter alguma posição divergente, hoje, nesta Casa, PMDB, PSDB, PP, devido esta posição adotada aqui nesta Assembleia, pelo Partido, nós não estamos votando hoje o projeto Duílio Genari. Sem nenhuma razão desmerecer a origem que é do Deputado Duílio Genari, estamos votando um substitutivo geral aprovado na CCJ que se aprovado prejudica o próprio projeto original. Qualquer erro, Senhor Presidente, na avaliação, aceito, uma subemenda.

O que acontece com o substitutivo votado, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, não constava do projeto original nenhum tipo de valor mínimo das ações da COPEL.

Vender-se-ia as ações da COPEL, pelo valor dos últimos 20 leilões pelas Bolsas do Rio e de São Paulo, pelo valor médio.

Apresentamos aqui desta tribuna demonstrativos de que os últimos valores médios das Bolsas do Rio e de São Paulo atingiram nas ações ordinárias 7 reais e nas ações preferenciais um pouco mais de 5 reais. O substitutivo geral está garantindo que o valor das ações, para efeito de venda ou caução, será no mínimo de 50% do valor patrimonial. Portanto, é um avanço conquistado por força desses embates.

Mantém a totalidade das ações sem direito a voto, as ações ordinárias do Estado de forma com o § 3º, que é o que a lei em vigor também prega. O § 4º desse artigo 1º, do substitutivo, garante que nas operações de venda de que trata esse artigo deverão ser acompanhadas por 5 membros do Poder Legislativo, portanto, a participação deste Poder no acompanhamento.

Se acreditamos nesse Poder, 5 membros de Partidos diferentes certamente darão a participação do Poder Legislativo que é um avanço do substitutivo em relação ao projeto original.

Quando da conversão das ações caucionadas junto às instituições financeiras, o valor das mesmas será calculado com base na tendência de que indicada pelo comportamento médio nos últimos 20 pregos na cotação do Rio de Janeiro, São Paulo, e da última cotação divulgada nas bolsas. Se é verdadeiro, pretendemos ter coerência nas nossas colocações. Se é verdade que as ações estão em baixa, porque apenas 2% delas estão na bolsa, e que quando se colocaram um volume maior de ações na Bolsa, seguramente as ações terão uma reação imediata que foi a força de todas as expressões usadas por todos nós, no instante em que na mídia constar a última cotação di-

vulgada nas Bolsas do Rio e de São Paulo. Portanto, esse preço seguramente está elevado visto que esse próprio projeto obriga o governo a colocar em partes essas ações a venda e nunca em forma total. Não constava do projeto; consta hoje.

O artigo 3º diz que o Estado do Paraná deterá sempre no mínimo de 60% do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Também não constava do projeto. O projeto dizia que o Estado deteria 51% das ações ordinárias. O substitutivo está garantindo 60% das ações ordinárias e garante também numa emenda de que o Poder Executivo encaminhará a Assembleia Legislativa para alterações necessárias do orçamento à aplicação dos recursos auferidos com a caução ou venda dessas ações ou com o dinheiro advindo da caução oferecida.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nós entendemos que não é o ideal, pelo qual procurou a Bancada do PMDB e as Bancadas de Oposição. Entendemos que na seqüência, na reabertura dos trabalhos legislativos à disposição inclusive do companheiro Orlando Pessuti, que está preparando uma emenda, venhamos a procurar alterar essa lei. Mas é verdade também que teremos que admitir que pelo fruto do trabalho das amplas reuniões, dos debates aqui estabelecidos, o projeto original não é o mesmo. Avanços significativos teve, e quando vejo aqui inclusive companheiros integrantes da própria COPEL, talvez a maior garantia seja a manutenção de 60% das ações ordinárias sob o comando do Governo do Estado do Paraná.

Porque não se pode falar em privatizações, por que a privatização somente será executada no instante em que a iniciativa privada detiver mais de 50% das ações. Enquanto nós, por lei tivermos mantendo no Estado mais de 60%, obviamente não se fala em privatização porque o controle acionário passa a ser do Estado.

Por essas razões Senhor Presidente o que está exposto, em razão de manter coerência, com posições sempre claras, e em razão do nosso partido ter talvez uma situação além dos demais partidos, que como eu disse anteriormente, por tratar com seriedade esse assunto, Senhor Presidente, nós fechamos questão. E fechamento de questão nos impõe a punição dos nossos companheiros que não acompanharem as decisões partidárias. Há determinados atos de rebeldias no seio do partido; há. Administrar esses atos é competência política a quem cabe a costura partidária de um partido.

Por essa razão, é que reunimos agora recente, com a totalidade dos Deputados do PMDB, abrimos a questão, que estava fechada. Portanto, a Bancada do PMDB, política-

mente no cumprimento do Estatuto do seu partido, que estava obrigada sob pena de expulsão do partido ou de penalidade, de repreensão ou suspensão, está liberada por decisão da Bancada deste compromisso.

Acredito que é uma redundância dizer aqui neste Plenário, que cada Parlamentar vota de acordo com a sua consciência, porque presume-se que as pessoas que detêm um mandato parlamentar, conferido pela maioria do povo do Paraná, deva sempre votar pela sua consciência. Mas, torno claro, para que não haja especulação, que a Bancada do PMDB está liberada na votação. Cada Parlamentar terá a atitude que melhor responder à sua crença na votação desse projeto, sob a legalidade e a oportunidade de votação. E deixo aqui uma advertência ao Líder do Governo, ao Líder do PDT, aos partidos que apóiam o Governo, que o fato de abirmos a questão, não nos tira o direito - de se, eventualmente amanhã percebermos que essas ações tenham sido vendidas de forma indevida, ou não tenha se buscado o melhor negócio na caução ou na venda - de vir a esta tribuna e acusarmos, denunciarmos e cobrarmos.

Temos a expectativa que portanto, essa votação atenda aos interesses da necessidade momentânea do Estado do Paraná, que se ofereça em caução essas ações, que se respeite um preço mínimo, que se detenha 60% das ações ordinárias para com a COPEL, que se faça um acompanhamento por cinco Parlamentares desta Casa e que do produto auferido pela venda das ações, o Governo, antecipadamente, encaminhe à Assembleia Legislativa as modificações orçamentárias necessárias, nessas condições a Bancada do PMDB está liberada para votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Líder do PDT, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É natural que vocês devam compreender que, ao me pronunciar sobre esta questão, uma questão polêmica, uma questão de responsabilidade, é natural que os Senhores compreendam também, até o meu pronunciamento um pouco emocional, mas quero ser o mais claro, o mais objetivo e o mais compreensivo.

Desde o início, quando foi começado a discutir este projeto de autoria do Deputado Duílio Genari, ouvia pela imprensa, por alguns Senhores Parlamentares, que este projeto era uma posição fechada do Governo. Está aqui neste momento, a prova de que não era uma posição fechada do Governo, e a prova que o Governo, os Parlamentares que dão sustentação ao Governo, es-

tavam preocupados em aperfeiçoar este projeto. Todas às vezes em que fui procurado por Lideranças desta Casa, em todas as oportunidades eu afirmava de que nós conseguiríamos chegar num ponto de que o povo paranaense tivesse a certeza, de que o seu patrimônio seria resguardado e os interesses do Paraná seriam resguardados. O próprio Governador Jaime Lerner, em todas as oportunidades que se pronunciou sobre o assunto, sempre deixou claro, inclusive, particularmente a alguns Parlamentares, que era de interesse do Governo em ter esta questão, claro, para que todos os paranaenses, tivessem a certeza de que o patrimônio do Estado seria resguardado em todas as hipóteses.

Num primeiro instante, se reivindicava e se colocava, que não se garantia o controle acionário da COPEL. O que fizemos? Com reuniões com Lideranças, com o Presidente da Casa, e aí, quero ressaltar o Líder do Governo Algaci Tílio, sempre procurando chegar num ponto que contemplasse esta questão. Já numa primeira Emenda, nossa, no primeiro parecer que fizemos, foi colocado resguardando o poder acionário dessa empresa pelo Estado. Autorizando a venda, e a caução de 40% e detendo 60%.

Senhores Parlamentares, também, no parecer de que dei a esta matéria, do parecer ao Substitutivo Geral, procuramos em nosso parecer acatar a idéia de algumas Emendas que foram apresentadas pelos Senhores Parlamentares. Um dos Parlamentares que muito contribuiu para que hoje conseguíssemos chegar aqui com esse Substitutivo Geral, foi o Deputado Beto Richa, o qual contribuiu com a Emenda importantíssima de valorização desta Casa, que é o parágrafo 4º da minha Emenda Substitutiva que diz o seguinte:

As operações de venda de que se trata este artigo deverão ser acompanhadas por cinco membros do Poder Legislativo. Esta foi uma das emendas. A outra emenda que foi de amplo debate com todas as lideranças e importantíssima a participação da Presidência da Assembléia, Deputado Anibal Khury, importantíssima a participação do Deputado Algaci Tílio, do Líder Nelson Justus, dos demais líderes e do Deputado Durval Amaral, o qual colaborou para que esta emenda substitutiva chegasse a este ponto, que diz o seguinte:

Parágrafo 1º - O valor das ações para efeito de venda ou caução, serão no mínimo de 50% do valor patrimonial.

Senhores Deputados, tive a preocupação de comparar esta lei, com as leis que estão sendo feitas em outros Estados. Comparar com Minas Gerais, comparar com Santa Catarina, fiz contato com o Deputados das Assembléias Legislativas, as quais por telefone fizemos algumas perguntas. E quero

cizer aos senhores, sem sombra de dúvida, tenham certeza absoluta, esta lei, se for aprovada pelos Senhores Parlamentares, não dá para comparar com as leis dos outros Estados. Com a lei que foi elaborada por Santa Catarina e comparativamente com a lei de Minas Gerais. Aonde a lei de Minas Gerais, a CEMIG, praticamente autoriza a privatização da CEMIG porque não limita as quantidades de ações que devem ser vendidas, também, não tem o limite mínimo do preço das ações.

Enfim, acho que este amplo debate que foi travado nesta Casa, todos os Senhores Parlamentares contribuíram para que esta emenda substitutiva chegasse a este ponto.

Por isso, quero cumprimentar a coerência do Líder do PMDB, Caíto Quintana, pela maneira com que ele conduziu esta questão - com seriedade - porque também a nossa emenda onde cita o § 1º, limitando o valor mínimo de 50% é baseado também em um decreto do ex-Governador Requião, quando caucionou as ações para compra de trilhos para a FERROESTE. Isto, acredito, que o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana vem demonstrar a coerência da Bancada do PMDB, do que fizeram no passado e estão neste momento mostrando que esta lei ora aprovada, está dentro do que eles pensavam quando governavam o Paraná.

Por isso, peço a compreensão dos Senhores Deputados e tenho a certeza absoluta que os Senhores Deputados vão aprovar esta lei e daremos uma grande contribuição para o desenvolvimento deste Estado, porque é claro que nós, Deputados, as forças políticas que conhecem mais este assunto, temos a obrigação de discutir este assunto, mas o povo paranaense está ciente dos benefícios que isto trará à população paranaense. O Paraná terá um avanço de três anos - como dizia Juscelino Kubitchek - três anos nós faremos por vinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de iniciar o encaminhamento de votação colocando a posição - ou pelo menos a recomendação - da bancada do PMDB, para que vote contra o substitutivo apresentado pelo Deputado Valdir Rossoni. Eu ia falar substitutivo do Governo, mas na verdade foi o substitutivo do Deputado Valdir Rossoni. Por algumas razões, quando inclusive discordando do Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, quando diz que algumas questões foram asseguradas através do substitutivo.

Por exemplo, a questão do controle acionário, logicamente que foi um avanço, não podemos negar isto quando passamos de 51% para 60% do controle acionário por parte do Governo, mas ainda nos sentimos no dever, inclusive no dever cívico, de alertar o próprio Governo sobre algumas questões: o Presidente da COPEL quando aqui esteve falava que uma das formas das construções da hidrelétrica de Caxias seria através de um consórcio e que uma das formas também de que o Governo poderia, de que a COPEL poderia levantar recursos seria através do lançamento de ações ordinárias para a construção de Salto Caxias. No momento de que a COPEL lance ações ordinárias e no momento que o Governo que tem 60% não participar desse aumento de capital, logicamente que os 40% que acabam comprando essas ações podem passar a ter maioria acionária. Esta é uma das questões.

Outra questão com relação ao controle acionário, diz respeito ao próprio Estatuto da COPEL.

Se nós olharmos no Artigo 6º do Estatuto diz o seguinte: "As ações preferenciais terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 10% (dez por cento) ao ano, calculados com base no capital social integralizado até 31 de dezembro do exercício findo."

Isto diz o seguinte, inclusive num dos pareceres que nos foi passado e inclusive como alerta nos diz o seguinte: na hipótese de não pagamento de tal dividendo o Estatuto Social da companhia nada dispõe. Entretanto, a lei das sociedades anônimas, em seu artigo 111, parágrafo 1º, estabelece que:

"As ações preferenciais sem direito a voto adquirirão o exercício desse direito, ou seja, passam a ter direito a voto, se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 03 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar o dividendo fixo ou mínimo a que fizeram jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que seja pagos os cumulativos em atraso."

Isso significa o seguinte: No caso da COPEL não fazer a distribuição desses dividendos que, em valores de hoje, quando somente 2% estão na mão de acionistas, em torno de 8 milhões, no momento em que nós vendemos 40% das ações, esses valores ultrapassam de 8 milhões em torno de 160 milhões. Se a COPEL não fizer a redistribuição desses dividendos, todos os acionistas preferenciais passam a ter direito a voto, ou seja, não há garantia de que o governo continue com a maioria acionária que seria de 60% (sessenta por cento). E isso inclusive já foi tema até de uma jurisprudência no caso da Zivi-Hércules, que com apenas

um ano, através da lei das pessoas que não receberam esses dividendos acabaram a ter direito a voto.

E o que é mais grave e o que me preocupa muito, é a questão do direito de recesso que também está previsto na Lei das S.A., que diz o seguinte: "O artigo 137 da Lei das S.A. estabelece que a alteração, dentre outras, das preferências e vantagens das ações preferenciais dá direito ao acionista dissidente de se retirar da companhia, mediante reembolso de suas ações, se reclamar à companhia no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da Assembleia Geral", e diz mais, "Apesar da Lei das S.A. não fazer qualquer distinção entre os acionistas que podem exercer o direito de recesso, quando verificadas quaisquer das hipóteses definidas em lei, o entendimento corroborado pela doutrina é no sentido de que somente podem exercer o direito de recesso os acionistas prejudicados pela modificação estatutária."

"Com efeito, no que se refere ao pagamento do reembolso aos acionistas preferenciais que pleitearem o direito de recesso, a Lei das S.A. definiu, no parágrafo 1º do artigo 45, que o reembolso não será inferior ao valor de patrimônio líquido das ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral."

Então Senhores Deputados, no caso da COPEL não fazer a distribuição desses dividendos, o acionista que não tem direito a voto, que tem ação preferencial, passa a ter direito a voto e pode inclusive, reclamar o direito de recesso, ou seja, aí sim nós estamos entregando uma bomba relógio na mão da COPEL, na mão do próprio Governo. O Governo vai se obrigar a pagar o valor da ação através do valor do patrimônio líquido.

Se nós vendermos as ações a 50%, o acionista pode requerer o direito de receber os 100% e isso inclusive está previsto na Lei.

Logicamente, outros motivos que nós não aprovamos o substitutivo, que nós havíamos apresentado uma emenda, que no mínimo 50% dos recursos oriundos da venda dessas ações fosse investido no setor energético.

Uma declaração do próprio Governador Jaime Lerner, na "Gazeta do Povo" do dia 25.11.95, diz o seguinte:

Investir no setor energético é estratégico, ou seja, o próprio governador concorda que todos os Estados, todos os países devem investir maciçamente no setor energético e o substitutivo não dá essa garantia.

Na lei anterior, quando se falava em 90% que nós questionamos que esse valor está muito alto para o mercado atual, mas lá existia uma garantia que 65% do recur-

tos seria investido no setor energético. No substitutivo atual não temos garantia nenhuma de que esses recursos serão investidos no setor energético. Essa é outra questão que nos leva a ser contrários ao substitutivo.

Com relação à questão das ações preferenciais quero esclarecer antes de terminar o meu pronunciamento, uma declaração do Secretário Cássio Taniguchi nos jornais de hoje, diz o seguinte. "O Governo do Paraná não vai torrar ações, nem dilapidar o patrimônio da COPEL; estamos gerenciando apenas sobre as ações ordinárias e não sobre as ações preferenciais conforme alguns opositores anunciaram".

Sou obrigado a discordar do nobre Secretário Cássio Taniguchi. O artigo 1º do Projeto do Deputado Dúlio Genari mantido no substitutivo diz o seguintes: "Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos dessa lei, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL, observando os seguintes limites, até a totalidade das ações sem direito a voto emitidas em nome do Estado do Paraná".

Senhores Deputados, ações sem direito a voto são ações preferenciais, ou há um equívoco por parte do Secretário, ou o Secretário não está a par do substitutivo e nem do projeto, porque na verdade, através do substitutivo e do projeto nós estamos autorizando a vender 100% das ações sem direito a voto, e aí que nós corremos o risco do Governo já nos próximos meses, se essas ações forem vendidas num curto espaço de tempo perder também o controle acionário desta empresa. É logicamente que o motivo principal é com relação ao valor, nós aceitamos que 50% é um valor justo para se vender a melhor empresa no setor energético não somente no Paraná, mas no Brasil; uma empresa que é fruto do trabalho de 41 anos de todos os paranaenses, de vários governadores, nós da Bancada do PSDB achamos que antes de tudo esse projeto é inoportuno, até porque esta razão dos 2% que se fala que o preço está baixo vai contra ao que o próprio Presidente da COPEL declarou aqui na Assembleia em um debate, onde dizia que as ações estão num preço muito baixo, principalmente em função da crise do México.

Ora, se o momento é inoportuno, porque aprovamos o projeto agora no afogadilho, sem analisarmos com maior profundidade, inclusive não dando oportunidade que o próprio governo trabalhe essas ações, para que essas ações tenham um preço mais justo? Não podemos aceitar que a melhor empresa do Paraná seja vendida a 50%.

Como falei no início das minhas palavras, recomendamos a votação para a bancada do PSDB sem fechar a questão, e acha-

mos que inclusive através de declarações da imprensa quando nos dizem que o posicionamento do PSDB era hora de cada Partido mostrar quem é quem, inclusive alguns falando que a partir desse nosso posicionamento nós teríamos as portas fechadas do Governo do Estado.

Quero aqui registrar que em todos os momentos nós votamos junto com o Governo, inclusive quando aprovamos empréstimos da ordem de um bilhão de dólares aqui nesta Casa, o maior empréstimo já pedido na história da Assembleia Legislativa por um governo, teve a aprovação da bancada do PSDB, mas nós temos uma posição, e essa é uma posição particular minha, nós temos duas maneiras de fazer política: uma delas é simplesmente seguirmos o que o líder do Governo quer, sem analisarmos um único projeto, apenas ficarmos olhando se o líder do governo levanta ou senta; e a outra maneira é de nós analisarmos e colocarmos o nosso senso crítico, que na nossa avaliação inclusive contribui para o governo, como contribuiu nesse projeto aonde algumas melhorias foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Angelo Vanhoni com a palavra.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, Srs. Deputados, vou ser obrigado a fazer uma menção à nobre Bancada do PMDB porque acho que hoje, nesta data, quando nesta Assembleia Legislativa for aprovado o Substitutivo do Deputado Valdir Rossoni que autoriza a venda das ações da COPEL, não se trata simplesmente de um projeto que tem como escopo final a obtenção de recursos ou abertura de capital de uma empresa como a COPEL.

Acho que, lamentavelmente, este debate não foi feito no Plenário da Assembleia Legislativa da forma como deveria ter sido feito. Inclusive, nós, da oposição, fomos vítimas de uma armadilha, de que se tratava única e exclusivamente da abertura do capital de uma empresa estatal de energia elétrica. Estou convencido de que não se trata disso. A votação e a aprovação de um substitutivo é o início da privatização da empresa de energia elétrica no Paraná.

Eu estava lendo agora, Deputado Algaci Túlio, e não conseguia entender porque o Secretário do Planejamento, Dr. Cássio Taniguchi, em várias conversas com vários Deputados, sempre fez uma menção muito grande ao BNDS. Mas eu agora consigo entender melhor quais são as alusões que o Secretário do Planejamento fazia ao BNDS. Vou ler um trecho do BNDS aos Srs. Deputados. Publicado na Gazeta Mercantil do dia 20.12.95, diz o seguinte:

"O Presidente do BNDS classifica esta participação acionária da BNDS - Empresas

Estatais e Estaduais, que incluirá a presença de representantes do Banco nos conselhos de administração como um estágio intermediário, entre a gestão puramente Estadual, Estatal com controle total das decisões das companhias pelos Governos do Estado e a administração totalmente privada. "Estas são palavras do Presidente".

Isto vai introduzir o elemento de maior racionalidade administrativa nas empresas." Prevê ele. "Numa segunda etapa o BNDS venderá suas ações nestas empresas que poderão ser totalmente privatizadas".

Mais à frente, na matéria do Presidente do BNDS, ele elenca todo o processo do qual o Deputado Valdir Rossoni exemplificou aqui, do seu trabalho que teve ao consultar Deputados da bancada da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Aonde há um processo de lançamento de debêntures da SEMIG para o BNDS, no valor de duzentos e cinquenta milhões de reais, que serão desembolsados, agora, no mês de janeiro, para o governo mineiro.

Isto se trata, Senhor Presidente, de um programa do BNDS para financiamento do processo de privatização das empresas na área de energia elétrica do Brasil inteiro; em especial dos Estados que estão com dificuldades financeiras para gerir os seus negócios financeiros e administrativos locais. Há dois estados em emergência, que estão na UTI do BNDS: o Estado do Rio Grande do Sul, que notadamente sabemos que está com dificuldade para pagar o 13º, folha de pagamento, arrecadação do BNDS, para posterior transferência da empresa para a iniciativa privada da sua empresa de telecomunicações e, notadamente a SEMIG, do Estado de Minas Gerais.

Mais à frente, o Presidente do BNDS elenca as empresas dos Estados que já estão com protocolo de negociações da transferência de capital acionário do Poder Público para a iniciativa privada, prevendo neste primeiro passo, estando o BNDS como gestor intermediário e logo à frente a transferência do contingente acionário para a iniciativa privada.

A COPEL faz parte, a empresa do Rio de Janeiro faz parte e mais a empresa do Ceará.

Então acho que o debate a respeito da venda das ações da COPEL, lamentavelmente não teve o debate merecido na Assembléia Legislativa, porque se trata da discussão entre nós.

Eu me reporto à primeira palavra, à alocução que fiz neste microfone em relação ao PMDB, porque pelo que eu conheço, Deputado Anibal Khury, sou novo na política, mas pelo que conheço da situação programática do Partido Democrático Trabalhista é oriundo do antigo MDB, havia um projeto do seu ponto de vista programático

no que diz respeito de qual é o papel do Estado na transformação do nosso país, de um país maior concentrador de renda, um país com 32 milhões de miseráveis, um país com grandes problemas sociais e uma das maiores potências industriais do Planeta.

Se eu não estou errado, o PMDB é um partido que ao longo desses últimos quinze anos sempre teve um projeto generoso para a sociedade brasileira, notadamente no que diz respeito ao papel do Estado, tendo o Estado como um condutor dos conflitos gerais da nossa sociedade, no que diz respeito a superar graves problemas sociais que tem a sua matriz um problema de desenvolvimento econômico. E se nós entendemos e aí é uma discussão de fundo que nós deveríamos fazer, qual é o papel do Estado, é diferente a discussão, quando nós exportamos sem o devido aquilo que os ingleses, aquilo que os franceses, os alemães, os dinamarqueses podem entender do que se trata nesse momento da história desses povos do Estado se retirar de um papel importante na economia que teve no passado.

É bom lembrar que um operário de qualquer fábrica na Europa tem um salário mínimo hoje na beira de um mil quinhentos dólares ao mês, tem seguro desemprego, tem um Estado previdenciário que garante uma certa dignidade para a pessoa humana para o futuro de seus filhos, com segurança da área da educação e na área da saúde, garantindo, até o fim de vida, Deputado Alborghetti.

Nesses Estados, nessa sociedade há mais de 5 anos há uma polêmica muito grande entre o papel do Estado na economia ou não na economia sua presença e nós temos assistido as teses vencedoras, as teses do neo-liberalismo de que o Estado se retire e abra a possibilidade em função da crise porque passa a economia mundial, abra a possibilidade para que setores privados se alavanquem no sentido de se promover desenvolvimento daquelas economias.

No Brasil, esse debate precisa ser feito com um pouquinho mais de seriedade, porque nós conhecemos a sociedade brasileira da forma como está constituída, uma concentração de renda profunda, violenta, brutal nesses últimos 30 anos, aconteceu isso no país e o abismo que separa milhões e milhões de trabalhadores de qualquer condição mínima de garantia da sua sobrevivência.

Então acho que debater na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional, a importância do Estado num setor que nós deveríamos estar discutindo aqui qual é o fulcro dessa discussão, a energia elétrica.

E importante para o Estado para o governo ou não é importante?

Nós podemos permitir que a ótica do

mercado, que a ótica do lucro, que a razão cega do lucro direcione os investimentos e administra a energia elétrica. Nós somos favoráveis a isso ou não somos? Qual é o debate, qual é o entendimento que tem o governo, qual é o entendimento que tem a sociedade nesse sentido, porque o que está sendo colocado em votação hoje não é a abertura do capital da COPEL. A prova está aqui nas palavras do Presidente do BNDS, lamentavelmente este artigo surgiu hoje nas páginas da imprensa nacional, revelando inclusive as negociações tão bem reportadas pelo Deputado Valdir Rossoni, da CEMIG em Minas Gerais, da COPEL aqui no Estado do Paraná, eu nunca consegui entender porque é que o Secretário do Planejamento dizia que ao nosso pleito, o pleito já que era um entendimento da Bancada que defende teses de oposição e que deveria estar no corpo deste substitutivo, desse Projeto, 65% das ações de que o BNDS não aceitava isso.

Na realidade, Deputado Algaci Túlio, eu acho que há muito mais por trás da votação deste Projeto que não veio a público à Assembléia Legislativa e não veio a público à sociedade civil organizada.

Então, se vale fazer este alerta ao Deputado Caíto Quintana, brilhante companheiro na defesa dos interesses democráticos e populares como o conjunto na defesa dos interesses democráticos e populares com o conjunto da sua bancada que ao longo de 15 anos dirigiram o Estado do Paraná desde o governador José Richa passando pelo governador Álvaro Dias, governador Roberto Requião e de Mário Pereira, souberam entender o papel do Estado no sentido de preservar, do ponto de vista de algumas empresas públicas, que o Estado tivesse a prerrogativa de saber direcionar o desenvolvimento no que diz respeito a esses setores. No caso da água, que, cá entre nós, não precisamos ser ignorantes, gerir as empresas de água e abastecimento para a iniciativa privada é lucro, é rentável em algumas cidades do Estado do Paraná.

E no caso da COPEL, no caso da energia elétrica também, todos nós sabemos disso, mas o PMDB sempre teve esse entendimento.

Então eu quero, além das razões enumeradas pelo Deputado que fez um pronunciamento brilhante a respeito dos riscos que hoje tem a venda das ações da forma como elas estão no Substitutivo Geral.

O problema das ações preferenciais, o problema da limitação dos 50% que o Deputado Cezar Silvestri, fez como brilhantismo, desta Tribuna.

Em nome da Liderança do PSDB eu quero fazer um apelo à Bancada do PMDB, haja vista um impasse que esta bancada teve no processo de discussão desta matéria até o dia de hoje. Com a posição tomada agora

minutos atrás de abertura da discussão, faço um apelo à Bancada do PMDB em função do que está em jogo por trás da abertura do capital da COPEL, da possibilidade de que esta discussão não foi aprofundada com a Assembléia Legislativa e nem com a sociedade civil. Foi muito ruim a participação do Presidente da COPEL, aqui no plenário.

Faço um apelo que os companheiros do PMDB votem contra o Projeto de Substitutivo Geral para que possamos observar esta empresa e que mais à frente possamos acompanhar a discussão do protocolo de interação que tenho do Governo do Estado do Paraná, junto ao BNDS, no que diz respeito à privatização da COPEL porque é isto que revela o Presidente do BNDS nesta matéria da Gazeta Mercantil do dia de hoje, 20/12/95.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo conservem-se como estão. Aprovada. Prejudicada às Emendas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira antes da verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito Obrigado!

É que existe um requerimento de destaque para as Emendas. Eu só gostaria de conhecer desta Presidência se serão votadas antes do Substitutivo, porque se for posterior, já fica prejudicado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu pretendo votar o Substitutivo que já foi votado e em seguida submeter ao Plenário requerimentos, outros requerimentos de destaque. Se forem aprovados...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Me permite mais uma colocação. Aí acaba-se colidindo com o próprio Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há colisão eu vou atender o pedido de Vossa Excelência.

Os Senhores Deputados que aprovam o destaque requerido pelo Deputado José Maria Ferreira conservem-se como estão.

Os Senhores Deputados que aprovam o destaque das Emendas 13 e 14 requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, contante

do expediente, conservem-se como estão.
Rejeitado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Está sendo votado apenas uma solicitação de que seja votado uma emenda em destaque. Pedimos à bancada governista que se não quiserem aceitar durante a votação a emenda, tudo bem, mas não aceitar que ela seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Srs. Deputados que aprovam o destaque. Conservem-se como estão. REJEITADA.

Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Há uma Emenda sobre o Artigo 4º § 1º, o senhor votará após.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A questão de Ordem do Deputado Caíto Quintana, eu vou submeter a voto o Substitutivo Geral e em seguida a Subemenda ao Substitutivo Geral de autoria do Sr. Deputado Vanhoni e outro Sr. Deputado.

Suprima-se o § 1º do Artigo 4º da Emenda substitutiva Geral ao Projeto de Lei 468/95.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão. APROVADO.

O Sr. José Maria - Verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos lá. Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral queiram levantar-se.

35 Srs. Deputados aprovam.

17 Srs. Deputado rejeitam. APROVADO o Substitutivo Geral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria que a Mesa registrasse o voto contrário ao substitutivo Geral.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria que registrasse também nosso voto contrário, mesmo porque a responsabilidade é muito grande de vendermos a nossa galinha dos ovos de ouro.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que fosse registrado em Ata o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, registre o meu voto contrário.

O SR. RICARDO CHAB (pela Ordem) - Sr. Pre-

sidente, voto contrário.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Voto contrário.

O SR. JOSÉ MARIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa fizesse o registro do meu voto contrário ao projeto, até depois da fala do Líder do PSDB a responsabilidade tornou-se ainda maior para aqueles que aprovaram este projeto.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) Voto contrário ao projeto e ao substitutivo também.

O SR. ALBANOR GOMES (Pela Ordem) Sr. Presidente, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - vou submeter a votos a Subemenda à Emenda Substitutiva ao Projeto nº 468/95.

Srs. Deputados que aprovam a Subemenda, conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos individuais à Bancada do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente a Bancada Governista já votou aprovando a Emenda, já é um entendimento das Lideranças do Governo com V.Exa. e até mesmo com algumas Bancadas de Oposição.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 461/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 078/95. Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral da C.C.J. (Public. no D.A. nº 148, de 31.10.95, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 461/95

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre o IPVA.

Chamada essa Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação, apenas oferecemos uma Emenda Substitutiva, a qual segue anexo e pela qual condicionamos nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 20.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

VALDIR ROSSONI - Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N° 461/95A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Esta lei estabelece o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), instituído pela Lei n° 8.216, de 31 de dezembro de 1985, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo art. 155, inciso I, alínea C, da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO I
DO FATO GERADOR

Art. 2° - O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor.

§ 1° - Considera-se ocorrido o fato gerador:

- a) no momento da aquisição de veículo novo;
- b) no momento do desembaraço aduaneiro de veículo adquirido do exterior;
- c) no momento do arremate em leilão oficial;
- d) no primeiro dia de cada ano, em relação aos veículos adquiridos em anos anteriores.

§ 2° - Em relação aos veículos novos, enquanto a propriedade for de concessionárias com o fim de revenda, não ocorre o fato gerador do IPVA.

§ 3° - O IPVA é vinculado ao veículo, sendo que, no caso de sua alienação, o comprovante do pagamento será transferido ao novo proprietário para efeito de registro ou averbação no órgão competente.

CAPÍTULO II
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3° - A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo, observando-se:

I - no caso de veículo novo, o valor constante do documento fiscal de aquisição, incluído o dos opcionais e acessórios;

II - quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor constante do documento de importação acrescido dos tributos e despesas incidentes por ocasião do despacho aduaneiro;

III - no caso de arremate em leilão oficial, o valor da arrematação acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante;

IV - no caso de veículos adquiridos em anos anteriores, o valor constante de tabela aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, com base nos valores de mercado.

§ 1° - Nas hipóteses dos incisos I, II e III a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês, a partir da data da ocorrência do fato gerador.

§ 2° - No caso de veículos furtados, roubados ou sinistrados com perda total comprovada, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês, contados até a data da ocorrência do fato.

§ 3° - Na hipótese do parágrafo anterior, caso os veículos venham a ser recuperados, o imposto anteriormente dispensado deverá ser pago na forma prevista em Instrução Secretarial.

§ 4° - A tabela de que trata o inciso IV, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente e o valor correspondente ao IPVA devido em Unidade Fiscal de Referência UFIR, devendo ser publicada até o último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

§ 5° - Os veículos com mais de vinte anos de fabricação ou aqueles cujo valor do imposto apurado resultar em montante inferior da 25 UFIR, terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a UFIR do mês do vencimento do imposto.

§ 6° - Os valores a que se referem os incisos I a IV, serão:

a) convertidos em UFIR:

1 - na data da aquisição, na hipótese da alínea "a" do § 1° do art. 2°;

2 - na data do desembaraço aduaneiro, na hipótese da alínea "b" do § 1° do art. 2°;

3 - na data do arremate, na hipótese da alínea "c" do § 1° do art. 2°;

4 - na data do vencimento, na hipótese da alínea "d" do § 1° do art. 2°.

b) reconvertidos em moeda corrente pela UFIR da data do pagamento do imposto.

§ 7° - Os veículos com mais de dez anos de fabricação terão como base de cálculo 92% (noventa e dois por cento) do valor do veículo fabricado no ano imediatamente posterior.

CAPÍTULO III
DAS ALÍQUOTAS

Art. 4° - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou cadastrados na SEFA, na categoria aluguel ou espécie carga, exceto veículos de propriedade de empresas locadoras;

II - 1,5% (um e meio por cento) para os veículos de propriedade de empresas locadoras e destinados à locação;

III - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos registrados no

DETRAN ou cadastrados na SEFA.

CAPÍTULO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 5º - São contribuintes do IPVA a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Art. 6º - São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

I - solidariamente:

a) os despachantes que tenham promovido os despachos de registro e licenciamento do veículo sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) a empresa detentora da propriedade de veículo cedido pelo regime de arrendamento mercantil;

e) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo.

II - as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único - O tributo pode ser exigido do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último subrogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

CAPÍTULO V DO CADASTRO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 7º - O cadastro de veículos será mantido atualizado:

I - pelo DETRAN;

II - pela SEFA, na forma estabelecida em Instrução, relativamente às embarcações e aeronaves.

§ 1º - O DETRAN não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores, e, do exercício corrente, quando se tratar de transferência de veículos para outros Estados.

§ 2º - O adquirente de veículos ainda não licenciados no país deverá, no prazo de dez dias úteis contados da data de emissão do documento fiscal de aquisição, requerer registro junto ao DETRAN;

§ 3º - O adquirente de veículos usado deverá, em trinta dias contados da data da aquisição, efetuar a transferência de propriedade junto ao DETRAN.

Art. 8º - Compete à SEFA, com auxílio do DETRAN, da Polícia Militar do Estado e, na forma de convênio com a Polícia Rodoviária Federal e com os Municípios, fiscalizar a execução desta Lei.

CAPÍTULO VI DO LANÇAMENTO

Art. 9º - O IPVA será lançado anualmente de ofício ou por homologação, a critério da autoridade administrativa.

CAPÍTULO VII DO VENCIMENTO

Art. 10 - O IPVA terá seu vencimento na data da ocorrência do fato gerador de que trata o art. 2º.

CAPÍTULO VIII DO PAGAMENTO

Art. 11 - O IPVA deverá ser pago, na hipótese da alínea "b", do § 1º, do art. 2º, atualizado monetariamente, sem multa e juros:

I - em relação a veículos cadastrados no DETRAN:

a) até o mês de abril - veículos de placas com finais 1 e 2;

b) até o mês de maio - veículos de placas com finais 3 e 4; c) até o mês de junho - veículos de placas com finais 5 e 6;

d) até o mês de julho - veículos de placas com finais 7 e 8;

e) até o mês de agosto - veículos de placas com finais 9 e 0;

II - até o mês de junho, para as embarcações e aeronaves cadastradas na SEFA;

III - nas hipóteses das alíneas "a", "b" e "c" do § 1º do art. 2º, o IPVA deverá ser pago no prazo de até sessenta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente.

§ 1º O local, a forma e calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta Lei, serão fixados em Instrução Secretarial, devendo ser recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria da Fazenda firmar convênios com outros estabelecimentos de crédito para recolhimento nas praças desprovidas de agências bancárias da rede oficial do Estado.

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata os incisos I e II poderá ser feito em até três parcelas iguais, mensais e consecutivas.

§ 3º - No caso de pagamento do imposto, em parcela única, até 29 de fevereiro de 1996, será concedida redução de 15 (quinze por cento) do valor devido.

§ 4º - No pagamento do imposto, em parcela única, nos prazos estabelecidos em Instrução Secretarial, obedecido o calendário do inciso I, será concedida redução de 10% (dez por cento) do valor devido.

§ 5º - No caso de ocorrer recolhimento

indevido do IPVA, a restituição do indébito será feita a requerimento do contribuinte ou do responsável à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida, conforme critérios de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tomando-se por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data efetiva restituição pela repartição competente.

CAPÍTULO IX DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 12 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente com base na variação da UFIR.

CAPÍTULO X DOS JUROS DE MORA

Art. 13 - O crédito tributário atualizado monetariamente será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado a partir do mês em que expirar o prazo para pagamento.

CAPÍTULO XI DAS ISENÇÕES

Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos:

I - que, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro;

III - utilizados no transporte público de passageiros, na categoria aluguel (táxis), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, e por ele utilizado em sua atividade profissional;

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão pública;

V - constituídos ou adaptados para permitir sua utilização por portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de conduzir veículos comuns, desde que recebam aprovação após vistoria realizada pelo DETRAN;

VI - tipo embarcação de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira;

VII - destinados ao transporte escolar, de propriedade de pessoa física.

Parágrafo Único - O reconhecimento das isenções far-se-á na forma prevista em Instrução Secretarial.

CAPÍTULO XII

DAS PENALIDADES

Art. 15 - Os infratores à legislação do IPVA, ficam sujeitos a multas equivalentes a:

I - 30% (trinta por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido;

II - sessenta UFIR:

a) ao contribuinte que não efetuar o cadastramento de embarcações e aeronaves, na forma e no prazo estabelecidos em Instrução da SEFA;

b) ao adquirente de veículo automotor novo que não requerer o registro junto ao DETRAN, no prazo de dez dias úteis contados da data de emissão do documento fiscal de aquisição;

c) ao adquirente de veículo automotor usado que não efetuar a transferência de propriedade junto ao DETRAN, no prazo de trinta dias contados da data da aquisição.

§ 1º - A multa prevista no inciso I será reduzida, observados os seguintes percentuais e prazos:

a) para 1% (um por cento), no 1º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento;

b) para 10% (dez por cento), no 2º ao 15º dia, contados da data indicada na alínea anterior;

c) para 20% (vinte por cento), do 1º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea "a".

§ 2º - A multa de que trata o inciso I será aplicada sobre o valor do imposto atualizado monetariamente.

CAPÍTULO XIII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 16 - O procedimento administrativo fiscal relativo ao lançamento e apuração de infrações do IPVA observará, no que couber, o rito do processo administrativo fiscal de instrução contraditória previsto na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

CAPÍTULO XIV DA REPARTIÇÃO DA RECEITA

Art. 17 - A parcela do produto de arrecadação do IPVA pertencente ao Estado será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela SEFA, e a parcela pertencente ao Município do licenciamento do veículo será creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos.

CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a quinze UFIR.

Art. 19 - Os créditos tributários de exercícios anteriores, decorrentes de IPVA, atualização monetária e multa, serão atualizados até 1º de janeiro de 1966, convertidos em UFIR e reconvertidos, e moeda corrente, pelo valor da UFIR da data do pagamento.

Art. 20 - Ocorrendo extinção da UFIR, será adotada, em substituição, a unidade de referência que venha a ser utilizada pela União ou outro fator que preserve adequadamente o valor da moeda.

Art. 21 - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 1966, que constitui o Anexo I desta lei.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1996, ficando revogada a Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(aa) ALGACI TÚLIO, VALDIR ROSSONI, NELSON JUSTUS, CÉSAR SELEME e ÉLIO RUSCH

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 461/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, objetiva dispor sobre o IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA.

Sobre a matéria já manifestou-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a

1ª Discussão o projeto retornará à Comissão de Justiça. Deve se observar o Regime de Urgência, porque há inúmeras emendas.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto. APROVADO.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam em 1ª Discussão a constitucionalidade ou não, queiram levantar-se. APROVADO.

Quarenta e seis Deputados aprovam.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - V.Exa., certamente vai anunciar a Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse preliminarmente, se constará nesta Sessão Extraordinária o Projeto do IPVA?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto do IPVA vai constar em Sessão de amanhã, porque a Comissão de Constituição e Justiça deve se reunir ainda hoje e o projeto não terá condições de vir à Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 020/95.
e do Projeto de Lei nº 468/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 531, 549 e 550/95.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Vossa Excelência anunciou que o Projeto do IPVA seria devolvido para a CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Por quê, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Porque há emendas.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Mas as emendas serão apresentadas em 2ª votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, elas serão apreciadas em 2ª, mas os Deputados encaminharam as emendas na Sessão de hoje. E amanhã, se os Deputados quiserem, poderão apresentar novas emendas.

Levanta-se a sessão.